



aniversário
1954 • 2004

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLV - 2006

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LUÍS DA SILVA FERNANDES

Universidade Católica Portuguesa

MARIA DO CÉU C. FERREIRA

Câmara Municipal de Trancoso

MARCOS OSÓRIO

Câmara Municipal do Sabugal

MANUEL SABINO PERESTRELO

Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior

VICUS E CASTELLUM NA PROVINCIA LUSITANIA

NOTAS EPIGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS

“Conimbriga” XLV (2006) p. 165-198

RESUMO: Analisam-se as referências epigráficas a *vici/vicani* e a *castella/castellani* documentadas na Província da Lusitânia; apresentam-se igualmente dois estudos de caso da Beira Interior (*vicus Segobonca* e *vicus Ocelona*). Da análise efectuada ressaltam algumas conclusões sobre a esfera de actuação e eventual estrutura física de tais aglomerados secundários.

RÉSUMÉ: Cet article analyse le dossier épigraphique concernant les mentions de *vici/vicani* et de *castella/castellani* en Lusitanie. On présente aussi deux cas exemplaires de la *Beira Interior* (*vicus Segobonca* et *vicus Ocelona*). On avance quelques conclusions sur la sphère d'action et la structure physique des agglomérations secondaires.

(Página deixada propositadamente em branco)

VICUS E CASTELLUM NA PROVINCIA LUSITANIA NOTAS EPIGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS

O incremento de estudos sobre o povoamento romano no território da *Provincia Lusitania*, atestado nos anos mais recentes, tem ampliado o conjunto de informações disponíveis, nomeadamente no que respeita ao mundo rural¹. No território português, verificou-se a intensificação de projectos em áreas como a Beira Interior², entre outras, frequentemente alicerçados em programas sistemáticos de prospecção e escavação arqueológicas; tais projectos, para além da obtenção de novos dados, propiciaram uma intensa reflexão sobre os diversos níveis de aglomerados populacionais, reflexão essa que tem merecido particular atenção por parte de Jorge de Alarcão³. Nesse âmbito, o panorama relativo aos aglomerados secundários do território provincial alterou-se, com novidades tanto a nível dos dados arqueológicos, como a nível dos dados epigráficos.

Assim, parece-nos interessante e oportuno fazer o ponto da situação relativamente aos *vici* e *castella* registados epigraficamente na Lusitânia, sem esquecer o contexto arqueológico relativo a alguns dos testemunhos epigráficos conhecidos. Não ignoramos, obviamente, os contributos e propostas avançadas por diversos autores no que respeita à identificação deste tipo de aglomerados a partir dos vestígios arqueológicos detectados, de fontes documentais como o Paroquial Suévico (cf. ALARCÃO, 1995: 393) ou, ainda, dos epítetos de divindades indígenas. Todavia, neste texto, o enfoque é dado ao registo epigráfico directo,

¹ Para um claro exemplo dessa dinâmica vide GORGES / SALINAS DE FRIAS, 1994.

² Refiram-se, entre os mais recentes contributos, SILVA, 2000; PERESTRELO / FERREIRA, 2000; CARVALHO *et alii*, 2002; CARVALHO, 2003; PERESTRELO, 2003; COIXÃO, 2004.

³ A esse propósito, consulte-se o esclarecedor texto de síntese e comentário de Pedro Carvalho (2004: 121-140).

como forma de identificar a(s) esfera(s) de actuação de tais unidades territoriais e eventuais edifícios públicos, bem como verificar até que ponto o contexto arqueológico relacionado com tais testemunhos epigráficos poderá esclarecer-nos sobre a estrutura física desses povoados, quer no que respeita às suas dimensões, quer no que respeita à sua arquitectura. Nesse sentido, para além da apresentação de um *corpus* epigráfico comentado, abordam-se dois estudos de caso que tentam integrar os testemunhos epigráficos no seu respectivo contexto arqueológico.

Em 1985, Leonard Curchin inventariou os testemunhos epigráficos relativos a *vici* e *pagi* na Hispânia (CURCHIN, 1985: 329-334). Posteriormente, em 1993, Patrick Le Roux estudou a epigrafia respeitante a *vici* e *castella* na Lusitânia, apresentando o respectivo catálogo (LE ROUX, 1994: 153-154). No que respeita aos *vici* da Lusitânia listados como duvidosos por Curchin, quatro foram rejeitados por P. Le Roux (CURCHIN, 1985, n.º 18-21; LE ROUX, 1994: 153 e n. 10). Embora concordemos com este autor em três dos casos⁴, parece-nos que as reservas de Curchin e de Le Roux em relação à menção do *vicus* de *Talabara* num texto funerário da Beira Interior (n.º 5), embora pertinentes, deverão ser matizadas, já que a leitura do texto parece ser segura (vide ALARCÃO, 2005a: 122). Ambos os autores não citam a dedicatória da Meimoa, colocada pelos *vicani Venienses* (n.º 6). De qualquer modo, o conjunto de cinco testemunhos estudado por Le Roux em 1993 foi, entretanto, acrescido de sete novos achados (n.º 2, 3, 7-11, 13). Uma dessas novas ocorrências (n.º 3) não está isenta de dificuldades de interpretação, já que o desgaste do suporte afecta a leitura integral do texto, mas afigura-se-nos bastante provável a referência a um *vicus*, pelo que decidimos inclui-la no catálogo; uma outra, encontrada na margem norte do rio Douro (n.º 2), foi igualmente tida em consideração, aten-

⁴ O *vicus Caecilius*, supostamente referido no *Itinerário de Antonino*, resulta de uma correcção insustentável ao manuscrito, como o próprio Curchin refere (CURCHIN, 1985: 332-333); uma inscrição perdida de Sacavém, cujo texto foi deficientemente transmitido, mesmo que mencionasse magistrados, não contém qualquer referência directa a um *vicus* (cf. FERNANDES, 2003: 44-45, n.º 6); no que respeita à possível referência epigráfica ao *v[ico metalli Vispascensis]*, embora interessante, pertence ao campo das hipóteses (LE ROUX, 1994: 152).

dendo à sua relação com a *civitas Baniensium*⁵. Quanto aos *castella*, além dos três testemunhos referenciados em 1993⁶, assinala-se uma dedicatória a *I.O.M.* de Cárquere (Resende), dada a conhecer em 1998 (n.º 17)⁷; incluímos ainda cinco inscrições com o C invertido (n.º 17-19, 22, 23), no qual se poderá reconhecer a abreviatura de *castellum*, como a maioria dos autores vem aceitando, apesar das reservas manifestadas por alguns⁸.

Assim, o *corpus* actual é constituído pelos seguintes textos:

Vici

1 – CIL II 365; FC II 15; CURCHIN, 1985: 330, n.º 3; LE ROUX, 1994: 153, n.º 3 (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova; distrito de Coimbra):

[*Deo Marti?*] *Neto[ni]?* / *Valerius • Avit[us]* / *M(arcus) Tur-*
ranus • Sulpici[anus / f(ilius)] / *de vico • Baedoro / gentis • Pin-*
ton(um?)

Inscrição encontrada perto da muralha de *Conimbriga* e actualmente desaparecida, pelo que é difícil sugerir uma datação; não existem informações sobre a sua tipologia. A restituição de parte do texto e a sua

⁵ Embora o *Atlas Antroponímico de la Lusitânia Romana* não considere válida a localização dos *Banienses* na área de Torre de Moncorvo (NAVARRO CABALLERO / RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 42, 43 e 61, n. 3), seguimos a posição actual de Jorge de Alarcão, que coloca a capital dos *Banienses* no vale da Vilariça, em Chão da Capela, concelho de Torre de Moncorvo (ALARCÃO, 2005a: 128; idem, 2005b: 15 e 18).

⁶ Não incluímos FE 22, 98 que, segundo o seu editor, documentaria uma dedicatória dos *Berec(ensens) c(astellani)*, já que subsistem dúvidas quanto à leitura e interpretação do texto (AE 1988, 699; ALARCÃO, 2001: 315 – *Bereco?*).

⁷ Note-se que, recentemente, Jorge de Alarcão considerou possível que os *castellani* (*sic*) aí registados poderiam designar os elementos de uma unidade militar e não o conjunto de habitantes de um *castellum* (ALARCÃO, 2005c).

⁸ Sem pretendermos retomar ou resumir esse debate, remetemos para referências recentes à problemática, com mais bibliografia (ALARCÃO, 2003: 14-15; SALINAS DE FRIAS / PALAO VICENTE, 2003: 403); para um levantamento dos testemunhos epigráficos de *castella* na Hispânia, incluindo a ocorrência do C invertido, vide JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 581-584.

interpretação não estão totalmente asseguradas. O *vicus Baedorus* estaria integrado no território de *Conimbriga* (FC: 36).

2 – FE 67, 300 (Quinta de Vila Maior, Cabanas de Baixo; Torre de Moncorvo; distrito de Bragança):

Iovi / Optim[o?] / Max(imo) / vicani / Ilex[—]

Fragmento de ara de granito, encontrado no decurso de trabalhos de lavoura; é datável da primeira metade do século I d.C., e documenta, provavelmente, um *vicus* do *territorium* dos *Banienses*.

3 – FERRAZ, 2002: 467-468, n.º 134; FRADE, 2005: 256-267 (Torre de Centum Cellas, Colmeal da Torre, Belmonte; distrito de Castelo Branco):

*Pro san[—] / et vict[—] vici / L(ucius) Caeci[l(ius)] [—]ator
/ [—] Veneri /^s BE[—] Min(?)ervae / [—] LAENDOS / [—]
I[—] JTEC / [—] a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

A ara foi descoberta *in situ*, num *lararium* identificado no decurso de escavações no edifício principal da Torre de Centum Cellas; embora seja datável do século I d. C., o arco cronológico de utilização vai até ao século IV d.C.; o desgaste da peça torna difícil a leitura integral do texto, mas a referência a um *vicus* parece segura (vide FERRAZ, 2002). Na linha 3, as últimas letras, presumivelmente correspondentes ao *cognomen* do dedicante, permitem pensar num antropónimo latino como *[Vi]ator*, escassamente documentado na Lusitânia (NAVARRO CABALLERO / RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 340).

4 – FE 45, 14; AE 1985, 525; LE ROUX, 1994: 153, n.º 2 (Coriscada, Meda; distrito da Guarda):

*Iovi O[pt]/umo M[ax]/umo sa[cr]/um vicani S[—]/goa-
boaic(enses)*

Ara reutilizada numa casa da Coriscada, o que afectou o suporte e parte do texto; Fernando Curado (1985) atribui-lhe uma datação em torno de finais do século II d.C. ou inícios do século III d.C.; a área envolvente está integrada no *territorium* da *Civitas Aravorum*.

5 – CIL II 453; CARVALHO / ENCARNAÇÃO, 1994; FERREIRA, 2004: 62-63, n.º 19; ALARCÃO, 2005a: 122 (Capinha, Fundão; distrito de Castelo Branco):

*[—] h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) • l(evis) •
/[Maeilo Camali f(ilius) T(aporus) d(e) v(ico) Tala]bara / [factum
curavit Pro]gela Maieloni f(ília) / [et Dutaius] Arantoni f(ilius)*

Inscrição primitivamente gravada num penedo próximo da Capinha, povoação onde a concentração de vestígios aponta para a existência de um aglomerado secundário, eventualmente um *vicus*, embora nem todos os autores sejam unânimes em situar no local o *vicus Talabara* (cf. CARVALHO *et alii*, 2002: 138, 144 e n. 19; ALARCÃO, 2005a: 120). Actualmente, apenas subsiste parte do texto dado a conhecer no século XVI; é datável do séc. I d.C.

6 – CURADO, 1979: 145-148; BENTO, 1981; CARVALHO, 2003: 178-179 e n. 68 [referência] (Meimoa, Penamacor; distrito de Castelo Branco):

*Pro salute / Imp(eratoris) • Nervae / [T]raiani • Caes(aris) /
[A]jug(usti) • Germ(anici) • vic/[a]ni Venienses / campum / consacra-
crave/runt*

Ara de granito dedicada a Trajano, reutilizada numa casa da Meimoa, de onde foi entretanto retirada; na zona abundam os vestígios romanos (BENTO, 1981: 8).

7 – FE 69, 310.2 (Quinta de S. Domingos, Pousafoles do Bispo, Sabugal; distrito da Guarda):

Vicani • / Ocel[o]n[e]/nses [—] / [—]

Ara de granito fragmentada pela reutilização num muro, situação que eliminou parte do texto, nomeadamente a divindade invocada; as letras que subsistem foram afectadas pelo desgaste do suporte.

8 – FE 70, 314 (Villasbuenas de Gata, Gata; provincia de Cáceres):

*Iovi Op/tumo Malxumo vi/cani Mune/nses ara(m) p(osue-
runt)*

Ara de granito encontrada no povoado proto-histórico de “El Castillo”; apresenta uma superfície com considerável desgaste, tendo sido, possivelmente, talhada a partir duma estela.

9 – GAMALLO *et alii*, 1992: 400-401, n.º 2; HEp 5, 226 (Dehesa de Arriba, Perales del Puerto; provincia de Cáceres):

Iovi / Op(timo) • Ma(ximo) / vicani • Arcobri/genses / [a(ram)] • p(osuerunt) • a(nimo) • l(ibentes)

Ara de granito parcialmente afectada pela sua reutilização; algumas das letras foram retocadas na actualidade. A presença dos Arco-brigenses numa outra ara de difícil leitura, encontrada no mesmo local, é pouco provável (HEp 5, 227).

10 – GAMALLO *et alii*, 1992: 401, n.º 3; HEp 5, 228 (Perales del Puerto; provincia de Cáceres):

[Iovi] / Optumo / Maxum[o] / vican[i] /⁵ Mace[—]/enses / [a]ram / [p]osuer/unt v(otum) s(olverunt) l(ibentes) [a(nimo)?]

Árula de granito muito desgastada pela sua utilização como pedra de afiar; paradeiro actualmente desconhecido. Na linha 5 faltarão apenas duas letras.

11 – CURCHIN, 1985, n.º 5; HEp 2, 211; LE ROUX, 1994, n.º 4 (Casar de Cáceres; provincia de Cáceres):

L(ucius) Aemi/lius Proc/ulus vica/nis Roud(ensibus?) / d(e) s(uo) f(aciendum) c(uravit)

As informações referentes a esta inscrição dizem respeito sobretudo ao texto (vide CURCHIN, 1985: 330 e n. 12), pelo que sugerimos uma datação em torno de finais do século I d.C., atendendo à fórmula usada (cf. FERNANDES, 2002a); o local de achado situa-se no *ager Norbensis*.

12 – CIL II 743; CURCHIN, 1985, n.º 6; LE ROUX, 1994, n.º 5 (Brozas; provincia de Cáceres):

Iovi / vicani / Tongolbri[g]e(n)se/s (?) NP (?)

Monumento desaparecido; na última linha, em alternativa à sugestão de Curchin (1985: 330) – [*e(x) v(oto)?*] *p(osuerunt)* –, pode igualmente admitir-se [*a(nimo) l(ibentes)? p(osuerunt)*]. O local de achado da dedicatória situa-se no *territorium* de *Norba*.

13 – GUICHARD / LEFEBVRE, 1992: 165-179; AE 1992, 983 (“El Templero”, Los Montes, Puebla de Alcocer; província de Badajoz):

Cereri / L(ucius) Iulius / L(ucii) f(ilius) Afer / vicanis / d(edit/-ono) d(edicavit/-edit)

Ara monumental em granito, partida em dois fragmentos (o texto da parte superior corresponde a AE 1986, 322; HEp 1, 111), reutilizados na ermida de “El Templero”; a partir de critérios paleográficos, a ara pode ser datada de finais do século I d.C. ou mesmo do século II d.C. No local existem, numa área de cerca de 6.000 m², abundantes vestígios de estruturas romanas, relativos a dependências agrícolas e a zona residencial; estas corresponderão a um aglomerado de planície, destinado a rentabilizar os férteis campos da área, inserida no *territorium* de *Lacimurga* (vide GUICHARD / LEFEBVRE, 1992: 179-180).

14 – CIL II 170; IRCP 609; CURCHIN, 1985, n.º 4; LE ROUX, 1994, n.º 1 (termo do Crato; distrito de Portalegre):

Iovi / Optumo / Maxumo / vicani Camalo/c[enses?] IN(?)

Monumento desaparecido; Leonard Curchin (1985: 330) sugere a presença da fórmula *e(x) v(oto)* na última linha, onde poderiam estar as letras *IV*.

Castella

15 – SEQUEIRA / LOPES, 2000: 90-91, n.º 4; HEp 10, 749a-b; ALARCÃO, 2005c: 78-81 (Cárquere, Resende; distrito de Viseu):

a) face anterior

I(ovi) • O(ptimo) • M(aximo) / caste/lani (sic) [—]

b) face lateral

c(astelani) v(otum) p(onendi) / l(ibentes) a(nimo) c(uraverunt)

Ara de granito fracturada, com inscrição em duas faces do fuste. Jorge de Alarcão (2005c) refuta a ideia de que a dedicatória foi colocada por habitantes de um *castellum*, sugerindo que se trata de um destacamento da Legião X Gemina.

16 – GOMES, 1992: 67; LE ROUX, 1994, n.º 1; JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 583, n.º 36; VAZ, 1997, n.º 83 (S. Cosmado, Mangualde; distrito de Viseu):

C(aius) Caielianus Modestus castellani/ Araocelensibus / d(ono) d(edit)

Placa monumental de granito, sem moldura; é datável do século I d.C. O *castellum* referido, poderia localizar-se no sobranceiro monte da Sr.^a do Castelo, em posição dominante na região envolvente e onde foram identificados vestígios de um castro; a ocupação posterior do local destruiu praticamente todos os vestígios do povoado (vide ALARCÃO, 1989: 307; VAZ, 1997: 51-52 e 284). A aceitar a classificação da Citânia da Raposeira, sítio arqueológico situado no sopé do monte, como *villa*, talvez pudéssemos atribuir a esse local a residência do benemérito registado na inscrição; note-se, no entanto, que tal classificação não está confirmada (ALARCÃO, 1989: 307; VAZ, 1994: 284-285).

17 – FE 13, 55 e n. 2; AE 1985, 517; ALARCÃO, 1989: 309; VAZ, 1997, n.º 34 (Quinta do Casal, Casais, S. João da Fresta, Mangualde; distrito de Viseu):

L(ari?) Couticivi (?) • / L(ari) Coutioso (?) / tonc (sic) • > (= castellanos) Nalcosos • Mallgeinus • / Leuri • f(ilius) / Arbuensi/s • v(otum) • a(nimo) • l(ibens) • s(olvit)

Ara votiva de granito, reutilizada numa casa em ruínas; é datável da 2.^a metade do século I d.C. Apesar de algumas dificuldades na leitura e interpretação do texto, a presença do C invertido parece-nos segura. O *castellum* (*Nacosos/Narosos?*) estaria situado no monte da Senhora do Bom Sucesso, sobranceiro à área onde foi encontrada a ara, tendo em conta que aí têm sido encontrados vestígios que documentam uma ocupação da Idade do Bronze até ao final da época romana (VAZ, 1997: 223-224).

18 – VASCONCELOS, 1929: 213, n.º 1; FE 27, 123.2, n. 6; HEp 2, 809; JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 582, n.º 15; RIBEIRO, 2002c: 551, ficha 294 (Outeiro Alto, Abitueira, Sabugal; distrito da Guarda):

Fuscus • Selveri f(ilius) • lim(icus) / > (= castello) Arguce / an(norum) • XXII h(ic) / s(itus) e(st) • s(it) • t(ibi) t(erra) • l(evis) / p(ater) • f(aciendum) • c(uravit) / curante / Tauroco

Estela decorada de topo arredondado, datável do séc. I d.C.; o *castellum Argucis* integra o território dos *Limici*, na *Callaecia* (TRANOY, 1981: 70-71 e 373, n.º 14).

19 – CIL II 774; JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 582, n.º 11; MANGAS / OLANO, 1995: 342 (Coria; província de Cáceres):

Bassus / Medami f(ilius) / Grov[i]us • > (= castello) / Verio / an(norum) • XXV / h(ic) • s(itus) • e(st) • s(it) • t(ibi) • t(erra) • l(evis)

Epitáfio reutilizado na muralha de *Caurium*; datável do século I d.C., pelo formulário. O *castellum* referido integra o território dos Gróvios, no *conventus Bracaraugustanus* (TRANOY, 1981: 373).

20 – CIL II 5320; LE ROUX, 1994, n.º 2; JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 584, n.º 38 (Talavera de la Reina; província de Toledo):

D(is) M(anibus) s(acrum) / Gr(anii?) Pate<r>ni? / Quir(ina tribu) Cae(sarobrigensis?) / ex <c>as(tello) Ciseli / an(norum) LXV Ambat(a) mar(ito) / pient(issimo) de suo / p(osuit)

Epitáfio encontrado em *Caesarobriga*; é datável de finais do século I d.C./inícios do século II, pelo formulário.

21 – GOMES, 1984; IRCP 122; AE 1984, 458; LE ROUX, 1994, n.º 3; JIMENEZ DE FURUNDARENA, 1994: 582, n.º 22; ALARCÃO, 2004b: 201-203 (Herdade dos Franciscos, Garvão, Ourique; distrito de Beja):

Ladronu[s] / Dovai (filius) • Brac[a]/rus • castell[o] / Durbede • ic (sic) / situs e(st) an(n)o/ru[m] XXX / [s(it) t(ibi)] t(erra) l(evis)

Estela de grauaque, encontrada na *villa* dos Franciscos; é datável da 2.^a metade do século I d.C. Atendendo à *origo* do defunto, o *castellum* estava localizado no *conventus Bracaraugustanus*.

22 – CIL II 6290; SANTOS YANGUAS, 1985: 23; FURUNDARENA, 1994: 582, n.º 13 (Carvalhosa, Felgar, Torre de Moncorvo; distrito de Bragança):

Reburrus / Ari • Seur(r)u/s • > (= castello) Narelia • an(norum) LXII

Epitáfio datável do século I d.C., pelo formulário; foi transportado para a capela de Santa Cruz de Felgar (ALARCÃO, 1988a: 46). O *castellum* está integrado no *conventus Lucensis* (TRANOY, 1981: 372).

23 – AE 1934, 19; SANTOS YANGUAS, 1985: 23; FURUNDARENA, 1994: 582, n.º 12 (Carvalhosa, Felgar, Torre de Moncorvo; distrito de Bragança):

Tridiae M/odesti f(iliae) Se/urr[a]e • T/ransm(iniensi) / exs > (= castello) / Serante / an(norum) • XXV • Valerius u(xori) f(ecit)

Monumento datável do século I d.C., pelo formulário. Segundo Jorge Alarcão (1998a: 46), terá vindo de Carvalhosa, Felgar. *Serantis* é um *castellum* do *conventus Lucensis* (TRANOY, 1981: 372).

Os testemunhos listados, como veremos, confirmam e reforçam algumas das conclusões do estudo de Patrick Le Roux, embora levantem outras questões, não só pelo seu número mas também pela variedade de novos dados. Aliás, antes de abordar esses dados, convém recordar alguns aspectos relativos à caracterização deste tipo de aglomerados. O conceito de *vicus* e de *castellum*, como tem sido salientado, é um conceito romano, atestado em diversas fontes escritas, que respeita, no entanto, a realidades com diferentes cambiantes regionais (LE ROUX, 1994: 155-156; MORENO MARTÍN, 1997: 297-299; RORISON, 2001: 1). A análise das fontes clássicas sugere que o *vicus*, como aglomerado rural dependente da capital da *civitas*, é entendido como uma porção de espaço urbanizado destacado do centro urbano topograficamente mas não estruturalmente, como salientou Le Roux (1994: 156); ou seja, na realidade, o *vicus* apresenta, ainda que no espaço rural, alguns dos edifícios e funcionalidades típicas da capital de que depende. Nesse sentido, entre as diversas esferas de actuação dos

vici, para além de funções económicas, estariam funções religiosas e administrativas (ALARCÃO, 1995: 388).

Já o *castellum*, parece ser preferencialmente encarado como um aglomerado secundário implantado em zona alta e bem defendida, habitualmente amuralhado, no qual o cariz urbano é menos importante e/ou possível, embora alguns *castella* não correspondam inteiramente a este retrato (LE ROUX, 1994: 157). Aliás, os diferentes ritmos e condições regionais, atestados crescentemente pela investigação arqueológica, levaram Jorge de Alarcão a propor um modelo de povoamento romano, no qual faz uma distinção entre *castella* maiores e menores: os primeiros, que integram a categoria dos aglomerados secundários juntamente com os *vici*, possuíam maior grau de romanização, entre outros critérios; os segundos integrariam, juntamente com as aldeias, a categoria de aglomerados terciários (vide ALARCÃO, 1995: 387-389).

Na *Provincia Lusitania*, os testemunhos epigráficos de *vici* concentram-se maioritariamente no *conventus Emeritensis*, salientando-se dois núcleos principais, ambos com cinco ocorrências (Est. I): a Beira Interior e a província de Cáceres, nomeadamente no território de *Norba Caesarina*. As inscrições referentes a *castella* ocorrem quase exclusivamente no *conventus Emeritensis*, exceptuando um testemunho (n.º 21) que, note-se, diz respeito a um *castellum* da Tarraconense.

Em termos cronológicos, embora parte das inscrições não possa ser datada, nos casos em que tal foi possível, verifica-se que a maioria das inscrições relativas a *vici* se situa entre a 2.^a metade do século I d.C. e o século II d.C.; note-se, porém, a cronologia mais tardia da dedicatória do *vicus Segoabonca*. Quanto aos *castella*, a quase totalidade é atribuível ao século I d.C., tendência bem documentada no caso das inscrições com C invertido que, em termos gerais, não terão ultrapassado os finais da centúria (vide ALARCÃO, 2003: 14).

Alguns dos testemunhos de *vici* e *castella* reportam-se à indicação da *origo* de um defunto (n.º 5 e 18-23) ou de um devoto (n.º 1); nestes casos, o achado epigráfico não suscita informações sobre a actuação da comunidade ou sobre a estrutura física do aglomerado, já que documenta sobretudo a deslocação de um indivíduo da comunidade; aliás, algumas das ocorrências (n.º 18, 19, 21-23) referem-se inclusivamente a *castella* situados na Tarraconense⁹.

⁹ Atendendo aos objectivos do presente texto, não os analisamos, remetendo o leitor interessado para as respectivas referências bibliográficas.

Todavia, a maioria das inscrições consideradas testemunham dedicatórias colectivas de *vicani* (n.º 2, 4, 8, 9, 10, 12, 14) ou de *castellani* (n.º 15) a Júpiter, invocado como *Iuppiter Optimus Maximus*, salvo uma dedicatória, dedicada simplesmente a Júpiter (n.º 12)¹⁰. As comunidades envolvidas exprimem assim a sua adesão à ideologia oficial, tal como algumas capitais de *civitas* do interior da Lusitânia, como exemplifica a dedicatória da *Civitas Cobelcorum* a *Iuppiter Optimus Maximus* (FE 58, 266).

Pontualmente, outras divindades são objecto de devoção colectiva: em S. Domingos (n.º 7) é presumível que uma ara incompleta registre um voto a *Laepo* dos *vicani Ocel[o]n[e]nses*, por razões que se explicarão mais adiante. Tenha-se ainda em conta a dedicatória a *Ceres* (n.º 13), pois, embora colocada por um particular, foi realizada a favor dos *vicani*, podendo, pois, ser uma das divindades invocadas pela comunidade local¹¹. Já a dedicatória a Vénus e a Minerva (?), ainda que possa estar relacionada com um *vicus*, não é expressamente dedicada aos *vicani* por *L. Caecilius [Via?]tor*, pelo que não a consideramos no conjunto de divindades invocadas nos aglomerados secundários em apreço¹².

Mas, a propósito da actuação pública dos *vici* na esfera religiosa e, simultaneamente, política, é sintomática a dedicatória dos *vicani Venienses* a Trajano, consagrando um *campum pro salute* do Imperador (n.º 6)¹³. Esta referência ao *campus* foi correctamente interpretada por Jorge de Alarcão que, perante os paralelos conhecidos, perspectiva a

¹⁰ As suspeitas de que, atendendo ao ambiente indígena destas regiões do interior peninsular, parte das dedicatórias a Júpiter poderão encobrir o culto a divindades indígenas (CURCHIN, 1985: 329), levou diversos autores a sugerir, por exemplo, que em algumas dedicatórias da província de Cáceres (n.º 8-10) o *Iuppiter* invocado talvez se possa identificar com o deus *Salama* (vide ESTEBAN ORTEGA / SALAS MARTÍN, 2002); no entanto, tais considerações devem ser matizadas, tanto mais que o culto a Júpiter parece representar, em áreas menos urbanizadas, um papel similar ao culto imperial (a esse propósito, vide BELTRAN LLORIS, 2002: 105-109; RIBEIRO, 2002a: 415).

¹¹ Relativamente ao culto de *Ceres* na Lusitânia, vide FERNANDES, 2002b: 147-148, 151 e 152.

¹² Em relação ao *castellum Nacosos* (n.º 17), a intervenção de *Malgeinus Leuri f.* parece dever ser entendida no domínio de relações sociais a nível pessoal, pois, segundo a interpretação de Jorge de Alarcão (1989: 309), trata-se de um emigrante que terá feito a dedicatória aos Lares de duas famílias do *castellum*.

¹³ A importância estratégica do povoado foi salientada por Pedro Carvalho (2003: 179-180).

existência de uma área edificada fora do aglomerado, destinada a actividades ao ar livre e ao lazer e que poderia ter algumas edificações, entre as quais termas (ALARCÃO, 2002-2003: 270)¹⁴. Ora, tendo em conta que se trata de uma consagração ao Imperador, não seria de admitir igualmente a existência neste *campus* de um templo (ou outro tipo de construção similar) consagrado ao culto imperial? A descoberta de uma estátua com inscrição, dedicada ao Génio do *campus* dos *Karduarum*, na Catalunha (MAYER, 2000-2001), evidencia a existência de edifícios e/ou espaços públicos de culto em tais recintos, pelo que nos parece uma hipótese viável¹⁵. Por outro lado, a referência à consagração do *campus*, remete-nos para a organização espacial no seio dos *vici*, alertando-nos para a importância cénica de que se terão revestido as estruturas de alguns *vici*, particularmente numa região onde o urbanismo das capitais de *civitas* não terá apresentado a imponência das urbes da área litoral (cf. CARVALHO, 2003: 166-182)¹⁶.

Ainda no que respeita à estrutura física destes aglomerados secundários, três testemunhos relativos a actos de benemerência fornecem alguns dados interessantes. O formulário e tipologia das dedicatórias protagonizadas por *L. Aemilius Proculus* (n.º 11) e por *C. Caielianus Modestus* (n.º 16) apontam para a existência de edifícios monumentais, de funcionalidade desconhecida, em *vici* e *castella*. No caso da dedicatória de *L. Iulius Afer* (n.º 13), a ara monumental consagrada a *Ceres*, associada à fórmula *d.d.*, sugere a existência, no próprio *vicus*, de um edifício no qual estaria colocada a ara, eventualmente um templo ou templo¹⁷. Nesse

¹⁴ Jorge de Alarcão considera a possibilidade da existência de idêntico recinto no sítio arqueológico do Mileu (Guarda), pelas prováveis dimensões das termas aí identificadas e pela presença de uma estátua *loricata* (ALARCÃO, 2005d: 270).

¹⁵ Marcos Mayer (2000-2001: 532) coloca igualmente a hipótese de ter existido aí uma edícula na qual estaria colocada a estátua do Génio.

¹⁶ Nesse contexto, o feliz paralelo do *campus Karduar(um)*, ainda que aparentemente relativo a uma urbe (MAYER, 2000-2001: 532), pode ainda suscitar a imagem de um *campus* dos Venienses como importante espaço de encontro para as populações rurais da região, onde festividades e negócios vários teriam lugar; é que, como Marcos Mayer (2000-2001) sagazmente assinalou, o poeta Marcial, num dos seus epigramas, a propósito das mais notáveis festividades e manifestações artísticas da Celtibéria, refere «os festivos banquetes de Cárduas» (Marcial, 4, 55, 17: *et convivia festa Carduarum*; tradução de Delfim F. Leão in PIMENTEL *et alii*, 2000: 42).

¹⁷ Note-se um certo paralelismo (inclusiveamente, a nível do formulário) com a dedicatória de *Sulpicius Bassus* a *I.O.M.*, colocada, muito provavelmente, em benefício da *Civitas Baniensium* (CIL II 2399; vide RIBEIRO, 2002b: 417).

caso, as dádivas de *Proculus* e *Modestus* estariam igualmente relacionadas com edifícios de culto nos povoados? De qualquer modo, juntamente com o testemunho dos *vicani Venienses*, estas ocorrências permitem confirmar a existência de determinados edifícios e espaços públicos nestes aglomerados secundários, a exemplo de outras províncias do Império (RORISON, 2001: 91).

Os actos de benemerência destes três particulares suscitam, ainda, um olhar, pleno de interrogações, sobre as relações políticas e sociais tecidas nestes aglomerados secundários da Lusitânia. Em primeiro lugar, quem serão estes beneméritos? Identificados pelos *tria nomina*, *L. Aemilius Proculus* e *C. Caielianus Modestus* foram considerados por Le Roux (1994: 153 e 154), como cidadãos romanos, apesar de não mencionarem a tribo e filiação¹⁸. *L. Iulius L. f. Afer* foi designado como notável romanizado por Guichard e Lefebvre (1992: 179); aliás, também Le Roux (1994: 153) se refere a *L. Aemilius Proculus* como notável local. Os gentílicos adoptados, bem como os *cognomina*, largamente difundidos entre a população indígena da Lusitânia¹⁹, apontam para indígenas romanizados que, a julgar pelos actos de benemerência, seriam abastados.

Mas qual seria a sua relação com as comunidades locais? Seriam indivíduos influentes dos aglomerados que exerceriam funções de liderança e gestão (similares, ou não, aos magistrados da capital de *civitas*) e, assim, estariam obrigados ao equivalente a uma *summa honoraria*? Ou seriam proprietários da zona que assumiam desta forma o papel de *patroni* das comunidades locais? Talvez se possa incluir entre estes últimos *L. Caecilius [Via?]tor* (n.º 3), um presumível colono, proprietário da *villa* de Centum Cellas, eventualmente ligado à exploração de estanho (FRADE, 2002: 189). A dedicatória votiva por ele colocada no *lararium* da sua residência (FRADE, 2002: 189-191) pretendia, aparentemente, assegurar a incolumidade e triunfo de um *vicus*, invocando a protecção de Vénus e, talvez, de Minerva (FERRAZ, 2002: 467-468), mas as dificuldades de leitura da inscrição suscitam alguma prudência. Por outro lado, não parece possível, de momento, descortinar o contexto

¹⁸ Tal ausência de menção do estatuto jurídico não parecer ser relevante no registo epigráfico destes actos de benemerência, a julgar pelo exemplo de *C. Cantius Modestinus* (vide MANTAS, 2002: 232).

¹⁹ Cf. NAVARRO CABALLERO *et alii*, 2003: 407-411. No que respeita a *C. Caielianus Modestus*, vide ENCARNAÇÃO, 1989: 318.

preciso do relacionamento entre a *villa* e o *vicus*, tanto mais que apenas conhecemos os vestígios arqueológicos da *villa* (FRADE, 2005: 258)²⁰.

Quanto à hipótese de estarmos em presença de magistrados de *vici*, devemos ser cautelosos, já que, não só as inscrições da Lusitânia não registam expressamente tais cargos, como o seu registo epigráfico noutras áreas do Império não é uma ocorrência comum²¹. A esse propósito, convém recordar a inscrição do *edilis Vegetus Talabari f.*, encontrada no castro de S. Romão, concelho de Seia (GUERRA, 1989: 425-426); a partir do formulário da inscrição, Jorge de Alarcão sugeriu que, nesse local (*vicus* ou *castellum*?), o magistrado teria consagrado um monumento religioso ou algo num monumento religioso, pelo que estaríamos em presença de mais um templo “rural” (ALARCÃO, 2002-2003: 167). Ora, embora seja tentador ver em *Vegetus* um magistrado do povoado local, o cargo indicado parece ser mais adequado a um magistrado da capital de *civitas* (vide ALARCÃO, 2002-2003: 167)²².

Tendo em conta a escassez de dados, parece-nos, todavia, que seria de esperar a menção do exercício de funções oficiais por parte dos dedicantes dos actos de benemerência em análise. Assim, afigura-se-nos difícil ver estes beneméritos como representantes das comunidades. A estrutura social do interior da *Provincia Lusitania*, mormente da Beira Alta e da Beira Baixa, permite, pelo menos, considerá-los como notáveis locais, provavelmente ligados à mineração e/ou à exploração agrícola, com relações privilegiadas com as comunidades rurais. O paralelismo dos seus actos de benemerência com a actuação de *C. Cantius Modestinus* no interior beirão (MANTAS, 2002: 231-234) é inevitável e remete-nos para um ambiente de difusão da ideologia oficial, especialmente a tal teologia cívica (exercida na cidade, como no campo) de que fala Vasco Mantas (2002: 233). Os notáveis contribuem assim para modelar a paisagem rural à imagem dos valores oficiais, reforçando o

²⁰ Em contrapartida, foi aventada a hipótese de que o imponente edifício central de Centum Cellas seria a residência do magistrado do *vicus* e não a *pars urbana* de uma *villa* (vide FERRAZ, 2002: 467: *contra* FRADE, 2005: 258).

²¹ A esse propósito, vide DONDIN-PAYRE, 1999: 215-220. Tenha-se ainda em conta as observações de Moreno Martín (1997: 299-300) sobre a natureza das funções do *magister*.

²² Registe-se, todavia, a chamada de atenção de Amílcar Guerra (1989: 427), relativamente à existência de cargos paralelos ao do *magister*, com funções similares às do *aedilis* municipal, embora os exemplos sejam escassos no mundo romano e inexistentes na Hispânia.

seu poder e, em simultâneo, a coesão cívica das comunidades rurais (vide REVILLA CALVO, 2002: 212-222).

Os testemunhos epigráficos em apreço permitem-nos então entrever uma certa monumentalização de *vici* e de alguns *castella* da *Provincia Lusitania*, apoiada pela benemerência de notáveis locais. Mas quais seriam a escala e a tipologia dessa “monumentalização”? Tendo em conta que alguns destes achados epigráficos não estão devidamente contextualizados do ponto de vista arqueológico, apresentamos de seguida dois estudos de caso, relativos à Beira Interior.

O *Vicus Segoabonca*

Em 1985, foi dada a conhecer mais uma ara dedicada a *I.O.M.* pelos habitantes de um *vicus* (CURADO, 1985). A ara, datada dos finais do século II ou princípios do século III, foi encontrada incompleta na parede de uma casa na aldeia de Coriscada (Meda). A proposta de reconstituição do nome do *vicus* apresentada por Curado (1985) foi complementada com outras duas: uma apresentada por Jorge de Alarcão (1988a), que sugere o nome de *vicus Segoabonca*, e outra por *L'Année Épigraphique* (1985, n.º 525) que propôs *vicani Seigoabonienses* e *Salgoabonicenses*. Das várias hipóteses referidas, a que parece aproximar-se mais da forma correcta é *vicani Segoaboncenses* ou *Seigoabonicenses*, tendo em conta a ara recentemente descoberta na Quinta dos Lagares (Longroiva), onde se lê um teónimo com o radical – *bonca* ou – *bonica*²³.

Embora existam, na actual aldeia de Coriscada, alguns capitéis romanos e fustes de coluna, não existem mais evidências para determinar um *vicus* no local. A ara, tal como os restantes elementos arquitectónicos, terá sido trazida de outra estação arqueológica localizada nas imediações.

Com efeito, nos arredores da actual aldeia de Coriscada há dois importantes sítios arqueológicos de época romana que têm sido identificados com o *vicus Segoabonca/um*: o Gravato/Vale de Mouros – Meda

²³ A ara, actualmente em exposição no Museu da Meda, foi consagrada provavelmente a uma divindade identificada como *Calvabonca* ou *Calvabonica* (COIXÃO, 2004: 86), foneticamente semelhante ao nome do *vicus Segoaboncum* ou *Seigoabonicum* referido na ara votiva da Coriscada.

(COIXÃO, 2004: 85) e a Quinta do Campo – Meda/Trancoso (PERESTRELO, 2003: n.º 40) (Est. II).

Apesar de Sá Coixão, tendo em conta as escavações arqueológicas que permitiram a identificação de algumas «estruturas romanas dos séculos III ou IV d.C., salientando-se um hipocausto que poderá estar integrado numa zona balnear», propor a localização deste *vicus* no sítio do Gravato/Vale de Mouros (COIXÃO, 2004: 85), parece-nos que os vestígios identificados no local (*tegulae*, *imbrices*, tijolos de grande dimensão, cerâmica comum, *dolia*, escória e alguma pedra aparelhada), dispersos por uma área de 9.000 m², se coadunam mais com a existência de uma granja, ou eventualmente de uma *villa* (PERESTRELO, 2003: n.º 41)²⁴. Aliás, a existência de uma zona termal não é incompatível com a classificação de um sítio como tal²⁵. Pelo contrário, na Quinta do Campo, os vestígios arqueológicos existentes levaram dois dos signatários (PERESTRELO/FERREIRA, 2000: 107) a colocar a hipótese deste sítio corresponder ao *vicus* referido na ara da Coriscada e, como veremos, face aos dados conhecidos até ao momento, não encontramos razões para mudar de opinião.

A Quinta do Campo é uma grande propriedade agrícola, situada numa encosta de declive suave, com uma altitude média de 500 m, e irrigada por inúmeras linhas de água, entre as quais se destaca a ribeira de Renivalo, afluente da ribeira de Massueime. Neste local, que nunca foi alvo de intervenção arqueológica, identificou-se uma grande mancha de vestígios e, em torno desta, quatro pequenas áreas descontínuas com concentrações de vestígios que, tendo em conta a área de dispersão dos materiais à superfície, parecem corresponder a três pequenos núcleos rurais ou estabelecimentos anexos e a uma habitação de maiores dimensões (Est. III)²⁶.

²⁴ Pilar Reis (2004: 157, n.º 124) classifica os vestígios como um balneário privado, eventualmente de uma *villa*, aguardando escavações que definam melhor a tipologia do sítio do Gravato.

²⁵ A esse propósito, vide REIS, 2004: 35-46, com análise de estabelecimentos termais em *villae* da Lusitânia. Todavia, há igualmente notícia de balneários em aglomerados classificados como *vici*, na *Provincia Lusitania*, essencialmente na zona litoral do *conventus Pacensis* (vide REIS, 2004: 47-48).

²⁶ Na Quinta do Campo, para além do núcleo principal [2], identificaram-se mais quatro núcleos com vestígios arqueológicos de época romana: [1]: *tegulae*, *imbrices* e cerâmica comum dispersos por uma área aproximada de 1.000 m², [3]: *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, *dolia* e escória dispersos por uma área aproximada de 5.000 m²,

O núcleo principal apresenta, à superfície, material de construção, *pondera*, cerâmica comum, *dolia*, escória e diversos fragmentos de *terra sigillata* hispânica, hispânica tardia, clara A e clara D (esta última com decoração estampilhada em forma de palmetas), dispersos por uma área aproximada de 65.000 m². Junto à Capela de S. Brás, e também no interior da quinta, encontram-se moinhos manuais, bases e fustes de coluna, pios, pedras de soleiras e uma pedra rectangular decorada que, segundo fontes orais, serão provenientes deste sítio maior. Nos muros que rodeiam este sítio identificam-se diversas pedras com sulcos de encaixe e alguns blocos de granito almofadados.

Estes, juntamente com os elementos arquitectónicos, poderão fazer parte de um possível templo/templete onde figuraria a ara consagrada a Júpiter pelos *vicani Segoaboncenses/ Segoabonicenses*. No topo da encosta sobranceira ao núcleo principal da estação arqueológica, existe também uma estrutura, actualmente com a função de eira (Est. III), que poderá corresponder aos alicerces de uma construção do período romano, eventualmente do templo referido; hipótese que não será de excluir se tivermos em conta não só as características construtivas da eira²⁷ e a sua localização, mas também o facto de à sua volta não terem sido identificados vestígios à superfície, o que parece indicar que este local seria rodeado por uma área aberta sem construções, formando um amplo largo situado no topo da encosta e com uma óptima visibilidade da zona envolvente.

O tipo de vestígios, a extensa área do núcleo principal e os diversos núcleos identificados na envolvente do mesmo parecem reflectir a existência de um aglomerado populacional com as características de um *vicus*. A própria localização desta estação, que se encontra a menos de

[4]: *tegulae, imbrices* e um *pondus* dispersos por uma área aproximada de 300 m² e [5]: *tegulae, imbrices* e cerâmica comum dispersos por uma área aproximada de 1.000 m². No cabeço sobranceiro aos sítios de época romana, recolheram-se ainda diversos fragmentos cerâmicos enquadráveis na Pré-História recente (cf. Est. III).

²⁷ A estrutura referida, com cerca de 9,75 m x 14 m, foi construída com grandes silhares de granito muito bem afeiçoados, cujas medidas em média são: 1,3 m x 0,9 m. Na continuação desta, é visível ainda, na direcção nordeste, a existência de uma área sobrelevada com contornos rectangulares, constituída por pedra miúda e algumas pedras alinhadas nas faces laterais, com cerca de 11 m x 14 m, que poderá estar relacionada com a actual eira, formando uma única construção que possuiria as seguintes medidas aproximadas: 20,75 m x 14 m.

dez quilómetros da capital dos *Aravi* (Marialva, Meda), em cujo território estaria englobada, parece reforçar esta classificação tipológica.

Possivelmente este *vicus* situar-se-ia ainda nas proximidades de uma via que, vinda da região da Guarda e da Cova de Celorico da Beira, se dirigia para a sede da *civitas* dos *Aravi* (PERESTRELO, 2003: 164)²⁸. Note-se que parece notória a associação dos *vici* a eixos viários de certa importância que ligava as diversas *civitates* da Lusitânia. Jorge de Alarcão coloca, mesmo, a hipótese do *vicus* localizado nas imediações da Meimoa – o *vicus Venia* (CIL II 4638; ALARCÃO, 2005a: 124) – poder ter desempenhado a função de *caput viarum* visto que o marco miliário de Tácito, encontrado em Santo Estêvão, marca a milha IIIX. No entanto, parece que a hipótese mais provável seria um traçado para ocidente, em direcção a Centum Celas (Belmonte), onde se localizou outro *vicus* implantado nas proximidades de uma importante estrada romana que atravessava a Serra da Estrela (FRADE, 2005). Este *vicus* inominado está, nitidamente, associado à importante estrada romana que prosseguia para a zona de Valhelhas e de Famalicão da Serra onde foram achados vários marcos miliários.

Da mesma forma, o *vicus Ilex[...]* (n.º 2) do território da *civitas* dos Banienses (ALARCÃO, 2004b; BAILARIM, 2001), localizado na actual Quinta de Vila Maior (freguesia de Cabeça Boa, concelho de Torre de Moncorvo) podia ter tido uma qualquer função de apoio à estrada romana que atravessava o vale da Vilarieça (LEMONS, 1993-IIa, 340-341).

O *Vicus Ocelona*

As duas aras votivas identificadas na Quinta de São Domingos²⁹, em 2000 (SILVA, 2000: vol. II, 43 e 46, n.ºs 9 e 15; OSÓRIO, 2002), não

²⁸ Esta via, vinda da Cova de Celorico da Beira, onde entroncava com uma importante estrada que ligava Ciudad Rodrigo a Viseu e, possivelmente, Coimbra, poderia passar nas proximidades da estação arqueológica da Quinta do Prado (Trancoso), seguindo para as imediações do povoado romanizado do Castelo da Cogula (Trancoso) e daí ao *vicus Segaboanca*, em direcção à capital da *Civitas Aravorum* (Devesa de Marialva). Neste *vicus* podia existir uma estação viária de apoio a esta estrada, tendo em conta a distância que separa este sítio da sede de *civitas* (PERESTRELO, 2003: 164).

²⁹ Localizada na base do famoso Cabeço das Fráguas, na freguesia de Pousafoles do Bispo e concelho do Sabugal, apesar de vir indicada na folha 214 da CMP (1:25.000), segundo as coordenadas centrais: UTM 29 TPE 650,75/4476,00, como pertencente ao concelho da Guarda.

constituíam um achado inesperado, pois conheciam-se já, neste local, três aras dedicadas a *Laepus* e uma outra anepígrafa³⁰, junto com a referência, nunca confirmada, de mais 14 aras e ámulas anepígrafas reaproveitadas no antigo casario da quinta.

As dificuldades de leitura destes recentes exemplares descobertos, causadas pelo mau estado de conservação, não nos permitem conhecer a divindade reverenciada. Coloca-se até a possibilidade de ter sido omitida propositadamente³¹, o que apenas viabilizaria a hipótese de *Laepus* (ALARCÃO, 2001: 315), aumentando para cinco o número de altares provenientes deste lugar erguidos à divindade indígena e dando nova ênfase à antiga suposição de um culto local (RODRIGUES, 1959: 124; RODRIGUES, 1959-60: 77).

Uma das aras, onde apenas se lêem três linhas, identifica a entidade colectiva dedicante do monumento como VICANI . / OCEL[O]N[E]/NSES³².

A proposta *Ocellonienses* de Jorge de Alarcão (2001: 315) só seria plausível havendo um I depois do primeiro N, apesar do espaço disponível. A duplicação do N (legível no final da l.2 e início da l.3) e os traços de uma letra gravada entre estas consoantes, parecem afastar a hipótese de *Ocelennses*, que outros defendem (PRÓSPER, 2002: 109). Acreditamos, porém, na leitura que foi avançada de *Ocelonenses*, residentes num *vicus Ocelona* (OSÓRIO, 2002), melhor que *Ocelonia* (ALARCÃO, 2001: 315).

Cabe agora determinar a localização deste *vicus Ocelona*. Terão estes *vicani* vindo de longe para erguer o monumento neste espaço de culto ou tratar-se-ia de um gesto de devoção dos próprios habitantes do assentamento romano local, não precisando sequer de mencionar a divindade tutelar?

Aceitando a primeira hipótese, teríamos que colocá-lo, antes de mais, na Cova da Beira, onde se tem proposto a localização dos *Oce-*

³⁰ Guardadas no Museu Nacional de Arqueologia, no Museu Regional da Guarda e no Museu Municipal do Sabugal, e descritas em: VASCONCELOS, 1913: 618-619; RODRIGUES, 1959: 122-123; RODRIGUES, 1959-60: 74-76; ENCARNAÇÃO, 1975: 154; CURADO, 1984; CURADO, 1987b; GARCIA, 1991: 333; SILVA, 2000: Vol. II, p. 39-59.

³¹ À semelhança de outros casos conhecidos: ENCARNAÇÃO, 1987: 307.

³² A leitura não é muito segura, dado o desgaste da pedra, mas baseia-se na existência de vestígios de um O antes do N, na 2.^a linha, e da observação de pequenos traços horizontais reveladores de um E, a seguir à consoante (OSÓRIO, 2002).

lenses de Plínio³³ (ALARCÃO e IMPERIAL 1996: 41 e 42; ALARCÃO, 1998b: 203; CARVALHO, 2003: 174 e Est. I), apesar de não se conhecer, ainda, nenhum assentamento com características de grande aglomerado populacional nesta área. Talvez na zona do Ferro (Covilhã), a pouco mais de 30 quilómetros daqui, onde uma inscrição votiva dedicada a *Arantius Oclaeacus* e *Arantia Oclaeaca*³⁴ (LEITÃO, 1981: 56-57) sugere um povoado *Ocelum*, em parte ainda desconhecida³⁵.

Em apoio da segunda possibilidade, anteriormente defendida (SILVA, 2000: vol. I, 76-77; ALARCÃO, 2001: 315), temos os ricos e abundantes vestígios arqueológicos existentes na Quinta de São Domingos, dispersos por mais de 3 hectares de terreno, numa área de boa produtividade agrícola e irrigada por diversas linhas de água que nascem da elevação (Est. V). Entre o espólio conhecido enumera-se cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e *lateres*), cerâmica comum doméstica, *pondera*, *terra sigillata*, numismas, mós manuais, cantaria almofadada, objectos metálicos (uma lígula de cobre e duas estatuetas femininas, de ouro e de bronze: RODRIGUES, 1959: 124-126), pias e lagariças escavadas na rocha, canais de água e grande quantidade de escória, juntamente com as referidas aras. A extensão da mancha de vestígios e a qualidade dos materiais anunciam um importante aglomerado urbano secundário (SILVA, 2000: vol. II, 28-29).

Com este esclarecimento epigráfico, desvaneceram-se as dúvidas expressas inicialmente por Jorge de Alarcão (1988b: 133), acerca da natureza deste assentamento romano. Embora a inexistência de inscri-

³³ A variante *Ocelonenses* pode referir-se indirectamente a estes *Ocelenses*, mas, apesar da afinidade, não tem que ser a mesma entidade, pois existem mais derivados de *Ocelum* no ocidente peninsular, como tem vindo a ser enunciado (ALBERTOS FIRMAT, 1985: 471-473; PRÓSPER, 2002: 107-117 e mapa 8).

³⁴ O autor da publicação da epígrafe associou-a aos *Ocelenses* de Plínio (LEITÃO, 1981: 57), embora, neste caso, ao contrário da adjectivação latina do etnónimo, estejamos perante uma variante com os sufixos indígenas *-aeus* / *-aeca* (ALBERTOS FIRMAT, 1985: 473).

³⁵ Jorge de Alarcão referia sobre o assunto que «a localidade *Ocelum*, coincidente com o actual Ferro, seria apenas um dos muitos povoados deste nome que havia na Península Ibérica, e os *Ocelenses* de Plínio nada teriam a ver com os habitantes do Ferro (...) que seriam habitantes dum vicus ou castellum. Além do mais, a referida inscrição do Ferro (...) não prova em absoluto a existência, no Ferro, dum povoado *Ocelum*. Este podia ficar noutra local, e as suas divindades tópicas, *Arantius* e *Arantia*, poderiam ter sido adoradas no Ferro» (ALARCÃO, 1988b: 203, n. 18). Ver também ALARCÃO, 2005a: 127.

ções funerárias seja uma estranha lacuna num núcleo populacional desta categoria (ALARCÃO, 1995: 389), não obstante, temos dados suficientes que permitem interpretar a estação arqueológica como um *vicus*³⁶.

A etimologia proposta para *Ocello* < *ûxe-llo*, a partir da raiz indo-europeia *upo-*, com o significado de “alto” ou “topo elevado” (FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990: 124; PRÓSPER, 2002: 108-109), concorda com a sua implantação na base do imponente Cabeço das Fráguas (com 1018 m de vértice geodésico) (Est. V). Assim sendo, o povoado fortificado das Fráguas³⁷ poderá ter sido denominado, no I milénio a.C., de *Ocelum*³⁸ e, mais tarde, transladado toponimicamente, por derivação adjectival, para o assentamento romano da base (ALARCÃO, 2001: 315).

Para caracterizarmos o *vicus Ocelona*, sem dados provenientes de escavação, não possuímos muita informação. Deduzimos, primeiramente, que a população local estaria vocacionada para a actividade metalúrgica, dada a abundância de vestígios desta natureza, lembrados no próprio topónimo *Fráguas*, e a tradição de exploração mineira da região.

Por outro lado, o achado de tantas aras sem a inscrição gravada, sugere a hipótese de uma oficina epigráfica no local (CURADO, 1982: 93; CURADO, 1984: 8 e 11; ALARCÃO, 1988a: 66, 4/304; ALARCÃO, 1988b: 133), relacionada com o culto a *Laepus* ou até com o santuário rupestre no cume das Fráguas. Os monumentos seriam fabricados no próprio *vicus* e, posteriormente, gravadas as dedicatórias pessoais³⁹ a esta

³⁶ Mais difícil parece ser a pretensão de situar aqui uma cidade ou mesmo a capital da *civitas* dos *Lancienses Oppidani* (RODRIGUES, 1959: 122; AFONSO, 1961) ou dos *Lancienses Transcudani* (ALARCÃO, 1988b: 41). Os materiais não são tão imponentes para um assentamento avultado e a sua colocação periférica no planalto da Guarda/Sabugal, onde se tem tradicionalmente localizado estes *populi*, dá-lhe pouca viabilidade como capital.

³⁷ Sobre esta estação proto-histórica, ver OSÓRIO, 2005: 38-39.

³⁸ Este termo, paralelo ao vocábulo latino *oppidum* (SILVA, 2000: vol. I, 44; PRÓSPER, 2002: 110, nota 23; CURADO, 2004: 76, nota 3), seria aplicado aos povoados de altura, mas ainda não sabemos se testemunha uma realidade específica da região, relacionada com os *Ocelenses* e os *Lancienses Oppidani* que por aqui residiam. Estaria, então, o castro das Fráguas referenciado, indirectamente, na inscrição votiva do Ferro, já que este relevo é aí perfeitamente omnipresente em termos visuais, constituindo uma referência topográfica na paisagem?

³⁹ Fernando Curado nota, pela análise da *ordinatio* de uma das aras a *Laepus*, a existência de dois momentos de gravação, para além de detectar um *ductus* e *ordinatio* semelhantes nos três exemplares conhecidos, o que concorda com esta hipótese (CURADO, 1984: 11).

divindade indígena ou às restantes patentes na memória ritual das Fráguas. No entanto, o desconhecimento do paradeiro actual destes referidos 14 altares sugere alguma prudência nesta conjectura.

Não subsistem também quaisquer testemunhos do urbanismo e da arquitectura deste aglomerado populacional. Apenas podemos deduzir a existência de algum edifício importante, talvez de cariz religioso, pelo achado de silhares almofadados que, segundo informações orais, apareceram nas obras de reabilitação da actual capela de São Domingos, junto com duas das aras votivas publicadas (CURADO, 1984: 8). Não seria descabida a hipótese de uma sobreposição do culto cristão ao primitivo espaço de veneração a *Laepus*, que só seria confirmado com escavações neste moderno edifício da quinta, situado no centro da estação arqueológica (Est. V). Os resultados desta intervenção proporcionaríamos interessantes dados à discussão sobre a existência ou não de templos na organização urbana dos *vici*.

Quanto à comunidade residente neste *vicus*, adivinha-se uma condição essencialmente indígena, mesmo que a antroponímia dos dedicantes se baseie em *cognomina* romanizados: Basso, Firmo, Avita, Cito e Plácida (excepto Tangino). Todavia, estes indivíduos manifestam, indubitavelmente, uma firme conservação das suas ideologias e tradições, no culto a *Laepus* e nos ritos no santuário indígena das Fráguas, onde, em momento de avançada romanização, ainda dominavam uma língua remota do II milénio a.C. (CURADO, 1989: 158). Não nos custa acreditar que o *vicus* tenha sido fundado por gente que se transferiu directamente do topo do povoado proto-histórico para a base (Est. V), convertendo o antigo habitat comunitário, em espaço de perpetuação de gestos ancestrais de raiz indo-europeia, através dos sacrifícios *suove-aurilia*⁴⁰.

Não sabemos se o culto a *Laepus* era restrito a estes *vicani* (ALARÇÃO, 2001: 316), apesar de figurar também no formulário votivo das Fráguas, ou se teria um âmbito mais alargado, congregando no *vicus Ocelona* as populações que residiam nos territórios envolventes. Para provar uma devoção mais vasta, necessitávamos de encontrar mais altares no resto da região. Daí que acreditemos num culto particular da comunidade aqui residente, podendo estender-se apenas a alguns nú-

⁴⁰ Também em Sanfins a população indígena preservou as raízes no povoado abandonado (séc. III d.C.), efectuando cerimónias religiosas anuais acompanhadas de sacrifícios (SILVA, 1986: 299).

cleos populacionais romanos nas imediações (SILVA, 2000: vol. II, mapa V; OSÓRIO, 2005: 59, estampa 13).

Queremos destacar, ainda, o peculiar posicionamento geográfico deste *vicus* em relação às possíveis sedes das *civitates* envolventes, na Póvoa do Mileu (Guarda), em Orjais (Covilhã) e no Sabugal⁴¹, numa espécie de *trifinium* destes três territórios⁴², por isso mesmo, afastado do «raio de influência imediata» destas capitais (CARVALHO, 2003: 18). Este facto proporciona alguma notoriedade estratégica ao *vicus* e ao santuário das Fráguas, com as consequentes ilações sobre tutelas étnicas que daí se têm tentado retirar (ALARCÃO, 2001: 316).

Não seremos capazes, pelo contrário, de subordinar este aglomerado urbano secundário a qualquer uma destas *civitates*, estando por determinar se estaria sob a jurisdição de alguma. Com base apenas em motivos geográficos e históricos, talvez lhe possamos atribuir uma dependência administrativa à eventual sede de *civitas* situada nas ruínas romanas do Mileu (Guarda), logo que se confirme esta possível capitalidade, cada vez mais defendida (SILVA, 2000: vol. I, 69 e nota 31; PERESTRELO, 2003: 134; CARVALHO, 2005: 160).

Não é muito evidente uma relação directa entre este *vicus* e a rede viária romana conhecida na região, apesar de alguns autores assinalarem por aqui diversos traçados (ALMEIDA, 1943: 50; CURADO, 1982: 87; ALARCÃO, 1988b: 102). O actual acesso à Quinta de São Domingos efectua-se por um caminho que, depois, contorna a encosta ocidental do Cabeço das Fráguas em direcção a Santana d’Azinha (Est. V), podendo corresponder a um mero ramal da antiga via romana entre Santo Estêvão e a Guarda, que passaria a nascente pela povoação de Pousafoles do Bispo (antigo *pouso* ou *pausatorium*) (SILVA, 2000: vol I, 115) (Est. IV). Mais do que a tradicional relação com os principais itinerários da Lusitânia, proposta em outros *vici* (ALARCÃO, 1995: 391; CARVALHO, 2003: 178 e 180), consideramos que *Ocelona* possuía, acima de tudo, funções

⁴¹ Segundo as propostas mais recentes dos investigadores que têm estudado a região (SILVA, 2000: vol. II, mapa III; PERESTRELO, 2003: 134; CARVALHO, 2003: Est. I; CARVALHO, 2005: 159-160), embora a última pareça, actualmente, a mais improvável.

⁴² A Quinta de São Domingos fica, respectivamente, a 14, 18 e 15 km destas três povoações, encaixada, por um lado, numa zona de fronteira natural entre distintas regiões e, por outro, posicionada nas proximidades do ponto de contacto dos três polígonos, formados pelas linhas equidistantes a essas respectivas três hipotéticas cidades romanas, de acordo com o método dos Polígonos de Thiessen (SILVA, 2000: vol. II, mapa III) (ver Est. IV).

reguladores e de controlo de uma zona bastante periférica, a partir de um determinado centro dependente, na linha do que já foi defendido em outros casos da região (CARVALHO, 2003: 179).

Considerações finais

A análise das inscrições relativas a *vici* e *castella* na *Provincia Lusitania* permite apontar algumas características comuns da actuação pública destas comunidades. Ressalve-se, todavia, que, no que respeita aos *castella*, os dados obtidos são menos significativos, em termos percentuais, já que a maioria dos testemunhos respeita à menção da *origo* de indivíduos.

A relevância das dedicatórias dos *vici* a *I.O.M.*, para além do contexto religioso e da manifestação de uma certa adesão à ideologia oficial, parece indiciar uma acção deliberada de promoção da identidade cívica local, a exemplo da acção das próprias capitais de *civitas*. A possibilidade de tais dedicatórias serem de certo modo equivalentes ao culto imperial implementado nos centros urbanos, reforça essa ideia que encontra um claro eco na dedicatória a Trajano dos *vicani Venienses*. Nesse sentido, a realização de actos de benemerência por notáveis a favor de *vici* e, pontualmente, de *castella*, deverá ser contextualizada não só no quadro de relações económicas entre proprietários e comunidades rurais, mas também na esfera ideológica e política; efectivamente, o seu contributo para a difusão rural de divindades oficiais e respectivos espaços de culto, ao promover imagens próprias da nova ordem, reforça obviamente o poder e legitimidade dos grupos dirigentes.

Do ponto de vista material, quer os testemunhos epigráficos da actuação colectiva de *vici* e de *castella* da *Provincia Lusitania*, quer os actos de benemerência realizados a favor destes aglomerados, apontam para a existência de determinados edifícios e espaços públicos que cumpririam funções não muito diversas, embora a outra escala, das capitais de *civitas*. Tal facto tem óbvias implicações a nível dos critérios de classificação dos sítios arqueológicos identificados em prospecção arqueológica, pois devemos esperar uma certa “monumentalização” da estrutura dos aglomerados secundários, sem que conheçamos, para já, a sua escala e, na maioria dos casos, a sua tipo-

logia⁴³. Relativamente aos ritmos dessa “monumentalização”, a cronologia das inscrições analisadas parece apontar para um processo relativamente tardio em algumas áreas do interior, desenrolando-se possivelmente a partir dos Flávios ou mesmo durante o reinado de Trajano; tal possibilidade foi já sugerida por Jorge de Alarcão (2005d: 270) no que respeita ao interior beirão, a partir de dados arqueológicos e epigráficos.

De qualquer modo, os dados da *Provincia Lusitania* apontam para aglomerados secundários, particularmente os *vici*, cuja actuação complementa a das capitais de *civitas* do interior provincial, onde a urbanização é menos acentuada e o povoamento mais disperso, nomeadamente na Beira Interior. O aparato cénico presente em alguns *vici* (de que *Venia* é exemplo maior e, a outra escala, *Segoabonca*), bem como a implantação na paisagem e tradição religiosa anterior (como é o caso de *Ocelona*), proporcionam a difusão da ideologia oficial, a coesão das comunidades rurais e a apropriação territorial⁴⁴. Os aglomerados secundários constituem-se, assim, como locais de encontro simbolicamente relevantes no mundo rural.

SIGLAS:

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.

CIL II – vide HÜBNER, 1869.

FC II – vide ÉTIENNE/FABRE, 1976.

FE = *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra.

HEp = *Hispania Epigraphica*, Madrid.

IRCP – vide ENCARNAÇÃO, 1984.

⁴³ Relativamente aos problemas da representatividade dos vestígios à superfície para a classificação de sítios romanos da Beira Interior, vide CARVALHO, 2003: 170-172; 2004: 135-138. Por outro lado, a proximidade entre alguns *vici* e *villae*, senão mesmo uma associação pontual entre as duas formas de povoamento rural é uma questão que merece ser estudada, quer no que respeita a critérios a ter em conta na prospecção arqueológica, quer no que respeita aos padrões de povoamento da Lusitânia interior, tanto mais que é uma problemática presente no território de outras províncias (vide RORISON, 2001 84-85).

⁴⁴ Para um paralelo evidente, embora a outra escala, recorde-se o caso do templo da Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã), recentemente estudado (CARVALHO, 2003).

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Vírgílio (1961): «O Cabeço das Fráguas», *Correio da Beira*, Guarda, 7 de Setembro.
- ALARCÃO, Jorge de (1988a): *Roman Portugal*, 2:1, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge de (1988b): *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALARCÃO, Jorge de (1989): «Geografia política e religiosa da Civitas de Viseu», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 305-314.
- ALARCÃO, Jorge de (1995): «Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho», *Biblos*, 71, Coimbra, 387-401.
- ALARCÃO, Jorge de (1998a): «A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal», *Conimbriga*, 37, Coimbra, 89-119.
- ALARCÃO, Jorge de (1998b): «On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara», *Journal of Iberian Archaeology*, 0, Porto, 143-157.
- ALARCÃO, Jorge de (1999): «Os arredores das cidades romanas de Portugal», *Archivo Español de Arqueología*, 72:179-180, Madrid, 31-37.
- ALARCÃO, Jorge de (2001): «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4: 2, Lisboa, 293-349.
- ALARCÃO, Jorge de (2002-2003): «A *Splendidissima Civitas* de Bobadela (Lusitânia)», *Anas*, 15-16, Mérida, 155-180.
- ALARCÃO, Jorge de (2003): «A organização social dos povos do Noroeste e do Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana», *Conimbriga*, 42, Coimbra, 5-115.
- ALARCÃO, Jorge de (2004a): «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, Lisboa, 317-342.
- ALARCÃO, Jorge de (2004b): «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia II», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:2, Lisboa, 193-216.
- ALARCÃO, Jorge de (2005a): «Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da Ponte de Alcântara», *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 119-134.
- ALARCÃO, Jorge de (2005b): «Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro», *Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior – Côavisão: Cultura e Ciência*, 7, Vila Nova de Foz Côa, 9-19.
- ALARCÃO, Jorge de (2005c): «Destacamentos da Legião X Gemina no Baixo Douro no Tempo de Cláudio?», *Al-Madan* (II.^a série), 14, Almada, 78-81.
- ALARCÃO, Jorge de (2005d): «As cidades da Lusitânia: imagens de um processo cultural», *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitânia Romana*, Mérida, 261-273.
- ALARCÃO, Jorge de; IMPERIAL, Flávio (1996): «Sobre a localização dos *Lancienses* e *Tapori*», *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 39-44.
- ALBERTINI, E. (1923): *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris.
- ALBERTOS FIRMAT, M.^a de Lourdes (1985): «A propósito de algunas divinidades lusitanas», *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae – Anejos de Veleia*, I, Vitoria, 469-474.

- ALMEIDA, João de (1943²): *Roteiro dos Monumentos da Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*, Lisboa.
- BAILARIM, Susana (2001): «Dedicatória a Júpiter de Torre de Moncorvo», *Ficheiro Epigráfico*, 67, Coimbra, 300.
- BELTRÁN LLORIS, Francisco (2002): «Os deuses da tríade capitolina», *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 105-109.
- BENTO, Mário P. (1981): «Epigrafia Meimoense – um rito e três problemas», *Trebaruna*, 1, Castelo Branco, 5-8.
- CARVALHO, Pedro C. (2003): «O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural», *Conimbriga*, 42, Coimbra, 153-182.
- CARVALHO, Pedro C. (2004): «Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano», *O Passado em Cena: Narrativas e Fragmentos*, Coimbra/Porto, 121-140.
- CARVALHO, Pedro C. (2005): «Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior», *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 135-154.
- CARVALHO, Pedro C., RIBEIRO, C. Alegria, SILVA, Ricardo C. e ALMEIDA, Sara. O. (2002): «Povoamento rural romano ao longo da ribeira de Meimoa – Fundão (1.ª campanha de prospeção intensiva)», *Conimbriga*, 41, Coimbra, 127-152.
- CARVALHO, Rogério; ENCARNAÇÃO, José d' (1994): «Inscrição rupestre romana proveniente da Capinha», *Trebaruna*, 3, Castelo Branco, 43-53.
- COIXÃO, A. do N. Sá (2004): «Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho da Meda», *Côavisão: Cultura e Ciência*, 6, Vila Nova de Foz Côa, 83-95.
- CURADO, Fernando Patrício (1979): «Epigrafia das Beiras», *Conimbriga*, 18, Coimbra, 139-148.
- CURADO, Fernando Patrício (1982): «A viação romana no concelho de Penamacor. Contribuição para o estudo da via de Mérida a Braga», *Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*, Penamacor, 83-98.
- CURADO, Fernando Patrício (1984): «Aras a *Laepvs* procedentes de Pousafoles, Sabugal», *Ficheiro Epigráfico*, 7, Coimbra, 28.
- CURADO, Fernando Patrício (1985): «Ara votiva de Coriscada (Meda)»: *Ficheiro Epigráfico*, 14, Coimbra, 45.
- CURADO, Fernando Patrício (1987a): «Ara a *Aelva*, de Famalicão (Guarda)», *Ficheiro Epigráfico*, 22, Coimbra, 98.
- CURADO, Fernando Patrício (1987b): «Património cultural», *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Sabugal*, 1:4, Sabugal, 4-5.
- CURADO, Fernando Patrício (1988a): «Ara fragmentada de Fóios (Sabugal)», *Ficheiro Epigráfico*, 27, Coimbra, 122.
- CURADO, Fernando Patrício (1989): «As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese?», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 349-370.

- CURADO, Fernando Patrício (1995): «A inscrição indígena do Cabeço das Fráguas», *Oppidana* (4.^a série), 34, 42-45.
- CURADO, Fernando Patrício (2004): «A Martim Calvo e aos povoadores do Fundão», *Ebvrobriga*, 2, Fundão, 77-115.
- CURCHIN, Léonard A. (1985): «*Vici and pagi in Roman Spain*», *Revue des Études Anciennes*, 87:3-4, Bordéus, 327-343.
- DONDIN-PAYRE, Monique (1999): «Magistratures et administration municipale dans les Trois Gaules», *Cités, Municipales, Colonies – Le processus de municipalisation en Gaule et en Germanie sous le Haut Empire Romain*, Sorbonne, 127-230.
- DONDIN-PAYRE, Monique; RAEPSAET-CHARLIER, Marie-Thérèse, eds. (1999): *Cités, Municipales, Colonie. Les processus de municipalisation en Gaule et en Germanie sous le Haut Empire romain*, Paris.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975): *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984): *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987): «Omissão dos teónimos em inscrições votivas», *Studia Paleohispanica: Actas del IV Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleo-hispanicas*, (Veleia; 2-3, 1985-1986), Vitoria/Gasteiz, 305-310.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1989): «Indigenismo e romanização na epigrafia de Viseu», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 315-323.
- ESTEBAN ORTEGA, Julio; SALAS MARTÍN, José (2002): «Aras a Júpiter procedentes del Museo de Cáceres», *Ficheiro Epigráfico*, 70, Coimbra, 313-314.
- ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges (1976): «Épigraphie», in *Fouilles de Conimbriga*, 2, Paris, 13-232.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002a): «*De suo*: o registo epigráfico da *impensa* na Lusitânia», *Máthesis*, 11, Viseu, 9-41.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002b): «Os bosques, os campos e seus deuses no âmbito da Província da Lusitânia», *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 145-156.
- FERNANDES, Luís da Silva (2003): «Inscrições romanas do termo de Loures», *Máthesis*, 12, Viseu, 27-55.
- FERNÁNDEZ-ALBALAT, Blanca García (1990): *Guerra y Religión en la Gallaecia y la Lusitania Antiguas*, A Coruña.
- FERRAZ, Carla (2002): «Conjunto de oito aras provenientes do *lararium* de *Centum Celas*», *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 467-469, fichas 134-141.
- FERREIRA, Ana Paula (2004): *Epigrafia Funerária da Beira Interior: Inovação ou Continuidade? – Trabalhos de Arqueologia*, 34, Lisboa.
- FRADE, Helena (1998): «Ara a Júpiter da *Civitas Cobelcorum*», *Ficheiro Epigráfico*, 58, Coimbra, 266.
- FRADE, Helena (2002): «O *Lararium* da *Villa Romana* de *Centum Cellas*», *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 189-191.
- FRADE, Helena (2005): «Torre de *Centum Celas*: uma *villa*, uma família, quatro séculos», *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 251-268.

- GAMALLO, J. L.; GIMENO, H.; VARGAS, G. (1992): «Inscripciones del norte y suroeste de la provincia de Cáceres: revisión y nuevas aportaciones. II», *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 18, Madrid, 399-419.
- GARCIA, José Manuel (1991): *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos*, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1984): «Uma estela epigrafada da Herdade dos Franciscos (Garvão)», *Conimbriga*, 23, Coimbra, 43-54.
- GORGES, Jean-Gérard; SALINAS DE FRÍAS, Manuel, eds. (1994): *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du Sol et Habitats*, Madrid / Salamanca.
- GUERRA, Amílcar (1989): «Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia)», *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 425-430.
- GUICHARD, Pascal; LEFEBVRE, Sabine (1992): «Un nouveau vicus en Hispanie d’après une inscription inédite d’Estrémadure», *Mélanges de la Casa de Velázquez* 28:1, Madrid, 165-179.
- HÜBNER, Emil (1869): *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II. *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892 — *Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum*, Berlin.
- JIMENEZ DE FURUNDARENA, Agustín (1994): «Castellum como poblado secundario fortificado en Hispania», *III Congreso Peninsular de Historia Antigua – Praectas*, 2, Vitoria, 573-581.
- LE ROUX, Patrick (1994): «Vicus e Castellum en Lusitanie sous l’empire», *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du Sol et Habitats*, Madrid / Salamanca, 151-160.
- LEITÃO, Manuel (1981): «Contributo para o estudo das divindades indígenas da Beira Baixa no período romano. Duas novas aras», *Trebaruna*, 1, Castelo Branco, 51-58.
- LEMONS, Francisco Sande (1993): *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, policopiada), 1, 2 e 2a, Braga.
- MANGAS, Julio; OLANO, Manuel (1995): «Nueva inscripción latina. *Castella* y *castellani* del área astur», *Gerión*, 13, Madrid, 339-347.
- MANTAS, 2002: «*C. Cantius Modestinus* e seus templos», *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 231-234.
- MAYER, Marc (2000-2001): «*Karduae*, un testimonio de Marcial comprobado por la epigrafía», *Zephyrus*, 53-54, Salamanca, 529-534.
- MORENO MARTÍN, Francisco (1997): «Ocupación territorial hispano-romana. Los *Vici*: poblaciones rurales», *Espacio, Tiempo y Forma* (Serie II – *Historia Antigua*), 10, Salamanca, 295-306.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros; RAMÍREZ SÁDABA, José Luís, coord. (2003): *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros; ORIA SEGURA, Mercedes; RAMÍREZ SÁDABA, José Luis (2003): «Eje 3: La onomástica greco-latina», *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 407-412.
- OSÓRIO, Marcos (2002): «Duas aras da Quinta de São Domingos (Pousafolhos do Bispo, Sabugal)», *Ficheiro Epigráfico*, 69, Coimbra, 310.

- OSÓRIO, Marcos (2005): «Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa», *Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 35-65.
- PERESTRELO, M. Sabino G. (2003): *A romanização na bacia do Rio Côa*, Ministério da Cultura – Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERESTRELO, M. Sabino G.; FERREIRA, M.^a do C. C. (2000): «Povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda): alguns subsídios», *Beira Interior: História e Património – Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 97-120.
- PIMENTEL, Maria Cristina, *et alii* (2000): *Marcial. Epigramas*, 2, Lisboa.
- PLÁCIDO, L. e MARQUES, C. S. (1980): «Subsídios para a carta arqueológica do Concelho da Covilhã (período romano)». Comunicação apresentada nas *I Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa* (Castelo Branco, Abril-Maio, 1979). Covilhã: [s.n.].
- PRÓSPER, B. M. (2002): *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca.
- REIS, Maria Pilar (2004): *Las Termas y Balnea Romanos de Lusitania*, Mérida.
- REVILLA CALVO, Victor (2002): «Santuarios, élites y comunidades cívicas: consideraciones sobre la religión rural en el Conventos Tarraconenses», *Religión y Propaganda Política en el Mundo Romano*, Barcelona.
- RIBEIRO, J. Cardim (2002a): «Os deuses da tríade capitolina», *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 415.
- RIBEIRO, J. Cardim (2002b): «Ara consagrada a *Iuppiter Optimus Maximus* e à *Civitas Baniensium*, por *Sulpicius Bassus*», *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 417, ficha 81.
- RIBEIRO, J. Cardim (2002c): «Estela de *Fuscus*, filho de *Severus*», *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 551, ficha 294.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1959): «O castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações», *Beira Alta*, 18:1-2, Viseu, 122-123.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1959-60): «Inscrição tipo ‘porcom’ e aras anepígrafes do Cabeço das Fráguas (Guarda)», *Humanitas*, 11-12, Coimbra, 74-76.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1977): *Monografia Artística da Guarda*, Guarda.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1988): «Sobrevivências actuais da religião dos lusitanos», *Revista de Ciências Históricas*, 3, Porto, 105-134.
- RORISON, Mónica (2001): *Vici in Roman Gaul*, (British Archaeological Reports – International Series 933), Oxford.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel; PALAO VICENTE, Juan José (2003): «Eje 2: Estructuras familiares en el medio indígena», *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 401-405.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco (2005): «Minería romana de oro en las Cuencas de los rios Erges/Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa», *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 251-268.
- SANTOS YANGUAS, Juan (1985): *Comunidades Indígenas y Administración Romana en el Noroeste Hispanico*, Vitoria.

SEQUEIRA, Carla; LOPES, A. Baptista (2000): «Inscrições romanas de Cárquere», *O Arqueólogo Português* (Série IV), 18, Lisboa, 85-98.

SILVA, Armando Coelho (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

SILVA, Marcos Daniel Osório da (2000): *O Povoamento Romano do Vale Superior do Rio Côa* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada), 2, Coimbra.

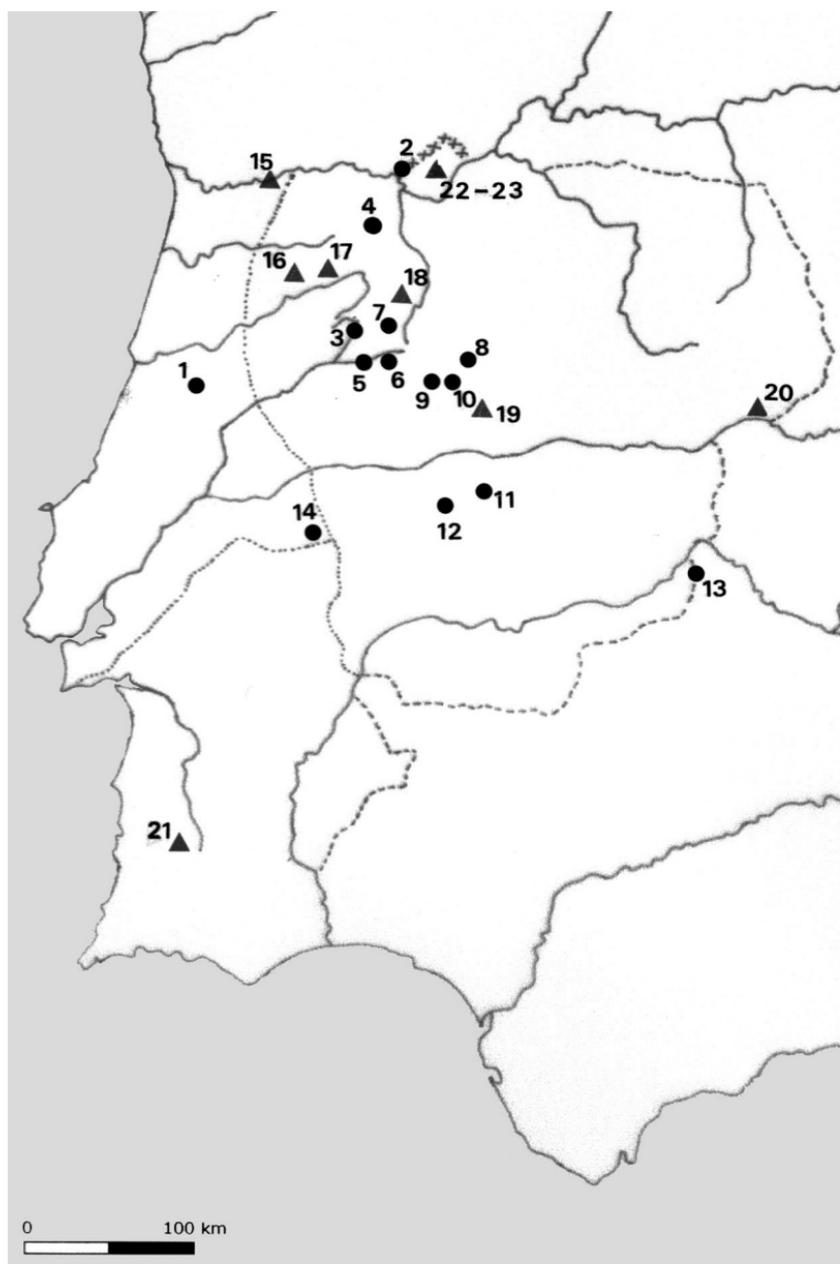
TRANOY, Alain (1981): *La Galice Romaine*, Paris.

VASCONCELOS, José Leite de (1913): *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*, 3, Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite de (1929): «Epigrafia do Museu Etnologico, *O Archeologo Português*, 28, Lisboa, 209-227.

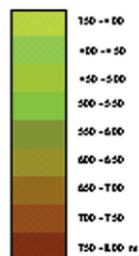
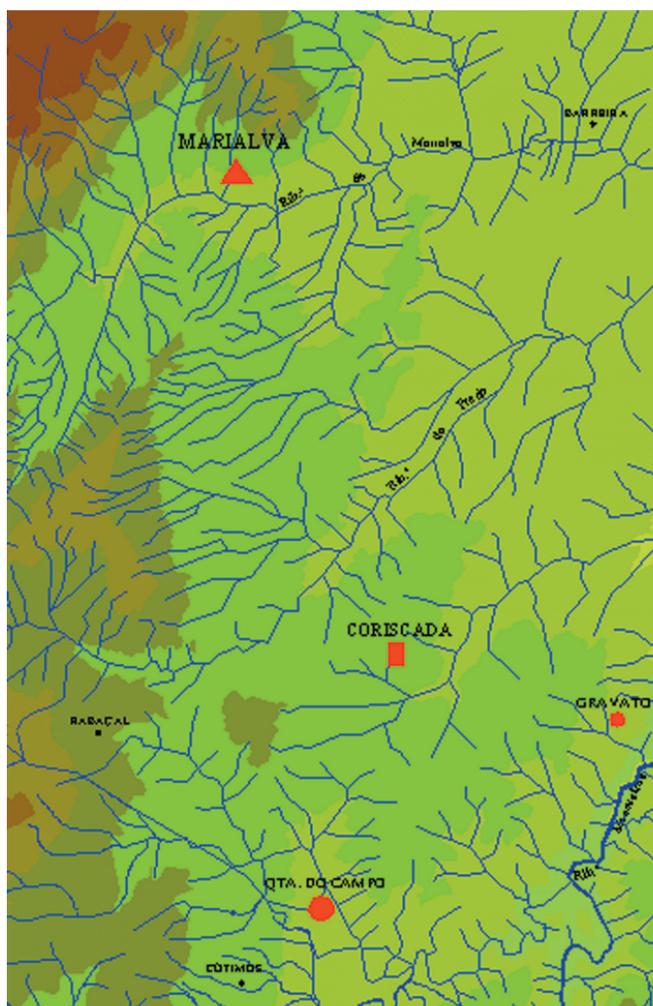
VAZ, João L. Inês (1982): «Subsídios para o estudo da romanização da região do Fundão», *Mundo da Arte*, 2, Aveiro, 2-7.

VAZ, João L. Inês (1997): *A Civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, Coimbra.



● *Vici / Vicani*

▲ *Castella / Castellani*



LEGENDA:

-  - *Civitas Anavorum*
-  - Inscrição
-  - *Vicus*
-  - *Villa*



Fundo Cartográfico: Carta Militar de Portugal (1/25.000),
folhas n.º 160 e 170, 1994. Desenho de Elisabete Plácido

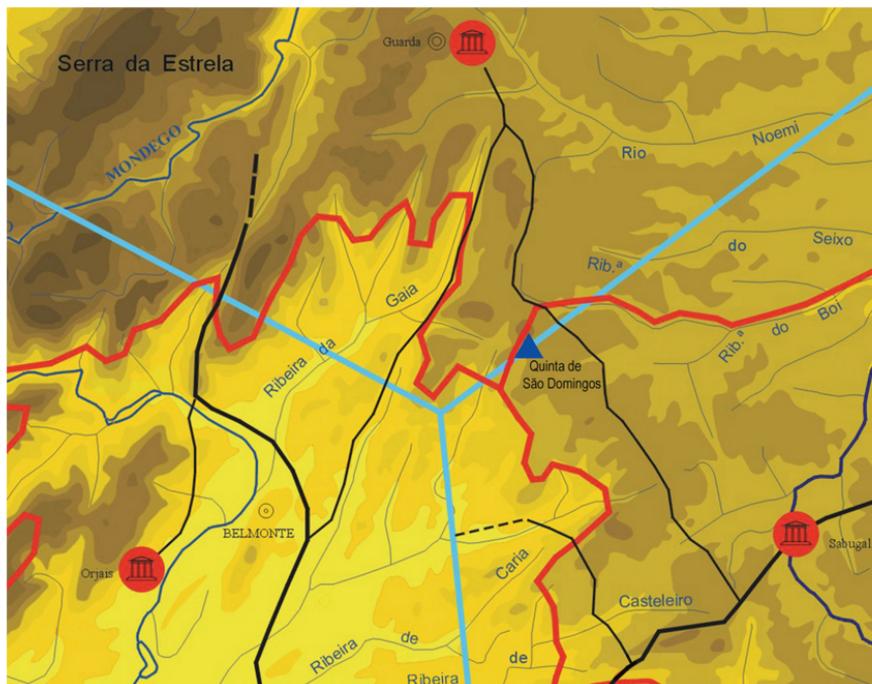


Legenda:

- - - - - Pré-História Recente

□ Romano

* Eira



Fundo Cartográfico: Carta Militar de Portugal (1:250.000), folha 4, 1998
Desenho de Marcos Odeiro e Ant3nio J. M. Silva.



 Capital de civitas proposta

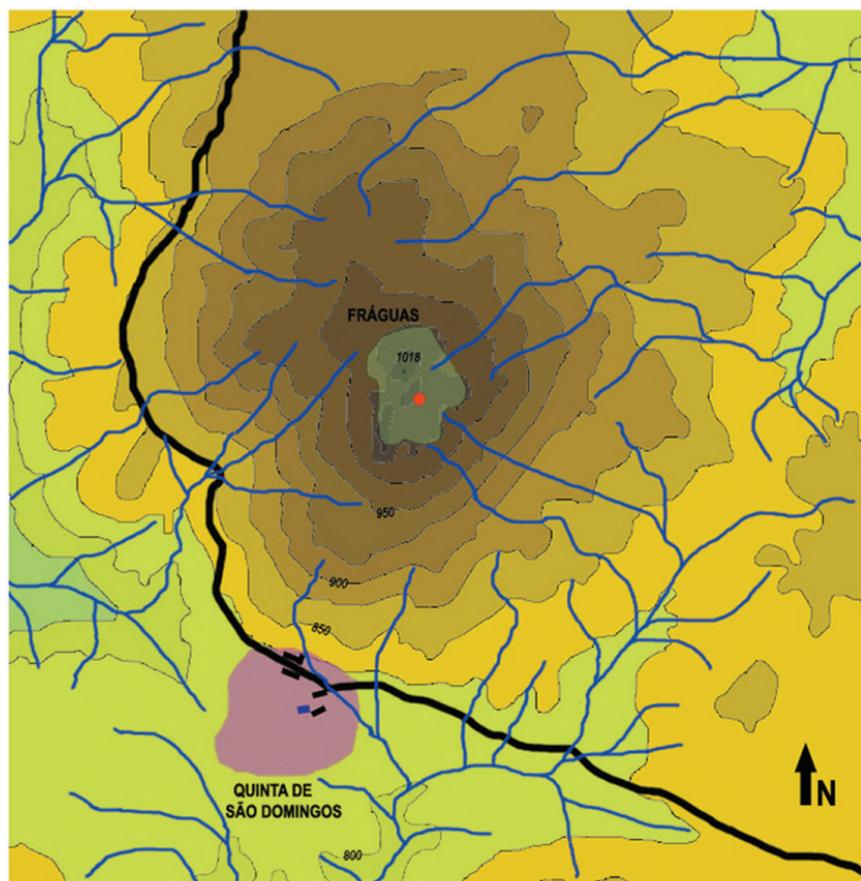
 Via principal

 Via secundária

 Vicus Ocelona

 Fronteiras naturais

 Pol3gonos de Thiessen



Fundo Cartográfico: Carta Militar de Portugal (1:25.000), folha 214, 1998.
Desenho de Marcos Osório.



Capela de São Domingos

Caminho velho

Área de dispersão de materiais romanos.

Edifícios da quinta

Inscrição rupestre em língua lusitana

Área de dispersão de materiais pré-romanos.